

Oportunidades, estrangulamentos e impactos no cenário da globalização

Ernesto Candeias Martins

Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal.

ernesto@ese.ipcb.pt

Resumo

Apresentamos nossa visão de entendimento da globalização, a qual constitui uma fonte de oportunidades. Nessa abordagem propomos os seguintes objectivos: a ideia comum de globalização, concretizando os ganhos nas actividades locais (regulação e localização); as propostas de Castells sobre o novo papel do Estado (eficácia); a segurança ambiental; a crise da identidade social e pessoal e, ainda, o conservadorismo optimista de Porter sobre a cooperação e competição; a realidade das exclusões resultante da sociedade global e a cultura da transformação na sociedade da informação.

Palavras-chave: Globalização; sociedade da informação; competição; localização; exclusão.

Questões prévias

Globalização, globalidade e globalismo constituem conceitos de uso normal e habitual nas nossas expressões e conversações diárias. A ideia moderna ou actualizada de globalização é um conceito vago, ambíguo e mal definido para que tenhamos uma ideia cabal e ancorada no processo social e cultural da sociedade. A globalização foi utilizada

para descrever o conjunto de acontecimentos, avanços e progressos técnicos produzidos a partir da década de 1970. Paralelamente, uniu-se-lhe o aumento da mobilidade de pessoas, bens e capitais, centralização do controlo e incremento de poder de certos grupos empresariais e, ainda dos serviços, bens e produtos culturais e práticas à escala mundial, com benefícios financeiros. Essas ideias de “globalização” estão relacionadas com o modelo de “aldeia global” (MCLUHAN, 1998), que descrevia a destruição de fronteiras, a expansão de um processo de secularização e consumismo, a democratização das políticas, a inter-relação entre as culturas e a organização de uma nova rede económica (GEORGE; WOLF, 2002).

A globalização começou em 1850 com alguns interregnos devido às grandes Guerras Mundiais, prosseguindo, a partir de 1950, com os grandes avanços científicos e tecnológicos. Ultimamente, no campo da comunicação e da informação, projectou a sua influencia, abrindo novas vias ao nível dos sistemas, das organizações (empresas, instituições) com um discurso de “custo – benefício”, de eficácia e eficiência e de integração social e cultural.

Na verdade, a globalização é um fenómeno económico e financeiro derivado da livre circulação (trans) nacional de bens, serviços e capitais, que, progressivamente, foi unindo-se aos avanços tecnológicos e às decisões dos governos em termos de desenvolvimento, em liberalizarem os intercâmbios. Como qualquer outro fenómeno físico, económico, financeiro, político, cultural ou social, ela não produz efeitos benéficos ou prejudiciais para as pessoas, países afectados pelo subdesenvolvimento. Depende muito da maneira e intensidade com que se aplique o “conceito” e no contexto da sociedade do conhecimento ou da informação. Se na cultura temos as novas tecnologias (telemática, informática), na economia temos crises, hegemonia dos países do Norte e o endividamento dos do Sul num jogo de xadrez oriundo dos mecanismos económicos internacionais da “lei do mercado”. Os operadores desse processo seriam as multinacionais e

corporações financeiras transnacionais.

É uma questão pertinente saber qual foi o efeito que tem e/ou teve esse fenómeno no bem-estar das pessoas. Sabemos que a melhoria do bem-estar material e económico das famílias e pessoas depende do crescimento económico, da estabilidade e controlo do défice público e PIB (*per capita*), principalmente nos países em vias desse crescimento e, ainda, das medidas aplicadas para que esse progresso fosse efectivo. A experiência histórica demonstra que nos períodos de globalização o PIB (*per capita*) foi mais elevado que no período do proteccionismo (por exemplo, entre 1950-2000) (FERNÁNDEZ DURÁN, ETXEZARRETA, SÁEZ, 2001). É sabido que o *World Economic Fórum*, que integra membros de empresas e pessoas que não interferem nas decisões do Banco Mundial e no FMI, pretende potenciar ideias que viabilizem o desenvolvimento e o progresso de alguns países e, simultaneamente, evitem o colapso (económico) em muitos outros países (ALBROW, 1996; HUTTON; GIDDENS, 2000).

Os partidários do construtivismo classificam neoliberalismo (pensamento inclusivo) de “pensamento único” ao produzir riqueza e bem-estar para a maior parte das pessoas e fazendo que os pobres sejam menos pobres, não evitando as bolsas de pobreza e a exclusão social em muitos sectores. Também, os progressistas desejam o bem-estar das pessoas e dos países em desenvolvimento, propondo um “pensamento utópico” (distanciamento com a realidade), escolhendo a globalização como elemento de ataque e de controversas. As próprias ONGs (Organizações Não Governamentais) - que se preocupam com a defesa desses países pobres ou em vias de desenvolvimento e na ajuda humanitária, médica, assistencial e educativa aos desprotegidos - opõem-se à globalização e ao modelo de multinacionais, de tal modo, que substituem a “globalização” por um projecto sustentável de progresso global e solidário. Todos esses movimentos e partidários têm a boa vontade de criarem condições para o bem-estar das pessoas e dos países.

De facto, a repercussão social da globalização faz eliminar muitas restrições presentes em muitas culturas e países. O resultado foi o de uma desintegração bem manifesta na: crise de identidade do sujeito pessoal; no fim de muitas concepções históricas, filosóficas, religiosas etc; na autodissolução social - drogas, terrorismo, conflitos bélicos, fundamentalismo etc. - (GEORGE; WOLF, 2002). Há como uma centrifugação do ser humano, em que o sujeito tende a deslocar-se da realidade (local), convertendo-o em obsoleto perante os avanços da sociedade da informação. Poderá ser uma questão de crise axiológica e filosófica que enfrenta a passagem da modernidade para a pós-modernidade (BAUMAN, 2005).

Se o educar é inculcar valores no indivíduo e na sociedade, humanizando-o, que respostas adequadas a essa humanização produzem o enfoque da globalização?

Assim, falar de globalização leva-nos a questionar se está em crise ou não a proposta da modernidade e que modelos teórico-práticos definem o modo de educar o sujeito (TEODORO, 2003). No fundo, tudo vai depender da capacidade de propor alternativas que viabilizem as formas culturais locais em redes de trocas de saberes, suportadas pelas instituições educativas e culturais que as devem estruturar e fundamentar (TORRES SANTOMÉ, 1994).

Na visão crítica do entendimento da globalização como fonte de oportunidades, propomos os seguintes objectivos de abordagem: a ideia comum de globalização, concretizando os ganhos nas actividades locais (regulação e localização); as propostas de Castells sobre o novo papel do Estado (eficácia); a segurança ambiental; a crise da identidade social e pessoal e, ainda, o conservadorismo optimista de Porter sobre a cooperação e competição (estratégias para o desenvolvimento económico local); a realidade das exclusões resultante da sociedade global e a passagem da cultura da “queixa” à cultura da transformação na sociedade da informação para uma nova cidadania (activa).

1 A ideia comum de globalização: regulação e localização

Os processos de industrialização, as infraestruturas oriundas da revolução tecnológica nas comunicações e nos transportes e a produção (neo) capitalista converteram as economias locais, caracterizadoras das sociedades agrárias, numa economia mundial (HOOGVELT, 1997). Nos finais do século passado, essa economia mundial passou a ser global, apoiando-se em novos sistemas de produção, de comercialização e no trabalho, combinando alianças estratégicas e de cooperação entre as empresas. Os diferentes agentes económicos organizaram-se em redes que interactuam entre si num processo que afecta todos os componentes do sistema económico, apoiando-se na utilização da informação (BECK, 1997).

Encontramo-nos numa economia informacional e global, que é acompanhada por organizações mais democráticas, a nível micro e macro, por uma forte exclusão do mercado e da produção de certos sectores da população. Surgem, assim, mudanças na organização empresarial e no trabalho, na base de uma descentralização, participação e coordenação. Nesse sentido, a descentralização constitui um valor cultural que ultrapassa a forma de organização, gestão e produção (ALBROW, 1996; PORTER; KRAMER, 2006).

Pensamos erradamente que a actuação de cada sujeito deve ser global, desprezando o local, onde tudo existe e onde se pode fazer mais e melhor, porque sabemos com maior rigor e certeza o que nele existe. Assim, a actividade de cada sujeito deve ser pensada globalmente e concretizar-se em actuações locais numa adequação à realidade concreta. É aqui onde ele actua, produz e vende bens e serviços (valor da cadeia local). Também as empresas no seu processo de internacionalização envolvem-se nos diversos mercados com comportamentos de racionalização na produção e comercialização. M. McLuhan (1998) fez estender o conceito de “aldeia global” a um processo comunicacional, cri-

ando as condições para a superação do paradigma sociotécnico. Foi necessário estruturar um modelo teórico de desestatização que se apresentasse como uma economia da regulação, onde o Estado deixa de ser dono de alguns meios de produção, passando a ter o papel de regulador do seu uso (LEADBEATER, 2000).

As economias globalizadas delegaram à gestão privada os meios materiais de comunicação da informação técnica e económica. O papel do Estado passa por agências reguladoras especializadas, em qualquer sector ou mercado, que permitem traçar os limites consensuais de actuação dos vários agentes económicos e financeiros. Essas agências disciplinam o funcionamento das empresas, definindo o licenciamento e a certificação para cada sector em causa. Esse processo de desestatização implica uma engenharia no processo de intervenção do Estado na economia, mudando de metodologia, estruturando comportamentos e atitudes dos seus funcionários. Trata-se de um novo comportamento disciplinador do Estado na área do direito da economia que impede comportamentos de exclusão dos consumidores no acesso aos bens essenciais da nova estrutura económica e financeira (HELD *et al.*, 1999).

É verdade que pode haver uma certa racionalidade no desenvolvimento teórico do factor espaço (relação: “geografia – economia”) que permita redefinir a questão da localização do desenvolvimento num mundo que se globaliza (MARTINS, 2008). Essa percepção do novo papel do Estado com o correlativo apagamento do “Estado patrão” (intervencionista) e investido de novas funções mais de âmbito social. Nesse contexto, o Estado, sendo mal estruturado e racionalizado, impede a estruturação de uma nova política económica e financeira capaz de impedir a contínua exclusão social de grupos, zonas ou regiões inteiras. De forma idêntica, a despesa pública, em muitos países europeus, continua a crescer apesar do Estado ter cada vez menos funções. Esse facto não só preocupa os contribuintes, que não vêm uma aplicação adequada dos seus fundos e

dinheiros públicos (HELD; MCGREW, 2003).

Por conseguinte, os impactos e as direcções do fenómeno da globalização poderão ser explicadas por três teses: a “tese pragmática”, que considera a visão revolucionária como irrelevante e solicita reformas e/ou reestruturações efectivas na sociedade e nas organizações ou instituições; a “tese crítica” com uma vertente social forte, centralizada nas questões urbanas, relações de convivência e laborais, crítica cultural à realidade política quotidiana e ao poder económico dominante etc. e a “tese progressista” de vertente (neo) marxista e /ou socialista com a sua crítica social e política à globalização nas estruturas e nos espaços urbanos com as respectivas consequências sociais e de convivência (GIDDENS, 2000).

No capitalismo informacional e devido ao processo de mundialização económica, as desigualdades configuram-se em múltiplas instituições e diversas periferias seja no âmbito mundial ou local. A economia global é profundamente assimétrica. No âmbito mundial, desaparecem as fronteiras, aumentam as diferenças no crescimento económico, a capacidade científica e tecnológica e as condições sociais entre zonas ou países (MARTINS, 2008). Surge, no dizer de Castells (1996-1998), uma “polarização social” resultante: de uma nova ordem mundial e de uma nova divisão internacional do trabalho. No âmbito micro, surge o desemprego estrutural que cria novas bolsas de pobreza (novos pobres).

Também na educação existe essa polarização, já que a sociedade da informação dá prioridade ao domínio de certas competências e habilidades para criar, processar e integrar a informação e os conhecimentos. Esse acesso aos meios de informação e de produção converte-se num elemento nuclear para dotar de oportunidades ou agravar as situações dos sujeitos. A educação, ao facilitar o acesso a uma formação baseada na aquisição de conhecimentos, permite o desenvolvimento das habilidades necessárias na sociedade da informação.

Estamos, pois, numa sociedade plural e reflexiva, que

afecta todos os aspectos do quotidiano das pessoas. Por isso, a vida passou a estar cheia de incertezas e relativismos que antes, na “sociedade segura”, eram resolvidas pelos agentes de socialização. A tecnologia possibilitou a revolução económica e as respectivas mudanças são interpretadas como crises: de identidade e perda do sentido ou de liberdade, de valores etc. A sociedade actual passou a estar constantemente em reflexão. Isso quer dizer que estamos assistindo ao desaparecimento da modernidade e a entrada numa segunda modernidade e/ou pós-modernidade (BAUMAN, 2005; BECK, 1997; GIDDENS, 2000). O discurso filosófico da modernidade contém desde o princípio um “contradiscurso” que questiona a subjectividade. Não podemos eliminar a subjectividade e a razão, mas podemos reestruturar a sua concepção, substituindo o paradigma do sujeito conhecedor e transformador de objectos pelo entendimento entre sujeitos capazes de linguagem e acção - teoria da acção comunicativa (HABERMAS, 1987).

2 O pensamento de M. Castells: Estado e crise de identidade

M. Castells (1996-98) na sua obra de três volumes *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, reduz-nos à utopia possível na “sociedade em rede”, que é a sociedade da informação, afirma o poder da “identidade” nos seus contextos de perigos e temores no final do século passado. Essa nova “sociedade informacional”, com a sua respectiva economia e na base do processo de globalização e suporte tecnológico, contrapõe-se à sociedade industrial. Alerta-nos para determinados elementos que impedem da globalização sem restrições como, por exemplo, os racismos, xenofobias e o tamanho dos mercados locais em que actuam e que são geradores de exclusão de desenvolvimento. Nesse contexto, as empresas globais estruturam-se em rede interna ou ligadas a outras empresas em parcerias estratégicas. É aqui onde o Estado tem um papel dinami-

zador ou iniciador dessas parcerias e (re)estruturações e onde se muda o carácter do trabalho, se transforma o mercado laboral e a estrutura ocupacional, impondo novas regras e preocupações (MARTINS, 2008).

De facto, emerge uma cultura de virtualidade real, apoiada em imagens e menos alicerçada nos discursos e linguagens dos alfabetizados, o que implica uma mudança nas formas de interacção entre as pessoas, bem expressa no uso da internet. Nesse novo espaço de fluxos, reforça-se o papel das “cidades informacionais”, que altera o modo de pensar, incluindo o aspecto urbanístico com os seus conflitos étnicos e sociais. Assim, essas novas relações humanas obrigam a reconstruir novos modos de vida em novos contextos de trabalho.

Castells (1996-98) analisa as formas de adaptação aos fenómenos de globalização, principalmente, o da identificação de certos traços nesse processo, por exemplo, o fundamentalismo dos fenómenos urbanos ou da reconstrução política após colapsos políticos radicais (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, Alemanha, Jugoslávia etc.). Nessa globalização surgem movimentos sociais de protesto à nova ordem mundial, usando as novas tecnologias como infraestrutura de luta. Funcionam como forma de potenciar e sinalizar a identidade e os objectivos desses movimentos sociais, que não é mais que um “verdejar” de velhas lutas sociais. A condição de um mínimo aceitável de segurança ambiental num local, como lugar concreto de existência de uma vida humana, não pode ser ultrapassada por uma qualquer realidade virtual. Por exemplo, a família e as formas de sexualidade vão mudando e assumindo uma certa naturalidade e peso. É uma crise da família, que convive com a crise do Estado regulador nas formas de intervenção social, revelando-se ineficaz para regular as redes de interacção entre pessoas.

Trata-se duma crise que abrange a estruturação dos meios de comunicação social e da fiscalidade e da economia, impedindo o Estado de cumprir o seu papel tradicional de

estruturação das formas de solidariedade nacional, excluindo, dos efeitos positivos da globalização, os sectores e as regiões mais desfavorecidas (HELD *et al.*, 1999). Assim, aparecem os acordos multilaterais que mostram como os Estados se globalizam seja a partir de uniões económicas e fiscais, seja em questões ambientais ou ecológicas.

Nessa crise de identidade social, algumas das identificações se afirmam como resistências, mudando a forma de fazer informação e política de tal modo que se fragiliza a capacidade política de responder à globalização do crime organizado, fuga de capitais, tráfico de drogas, trabalho infantil e prostituição. Esse Estado global converte-se incapaz de combater essa “economia do crime”, terminando prisioneiro dela, pois muitos países da América Latina precisam de minorar parte da sua exclusão da economia global.

Na Europa, o Estado tem um papel regulador, por vezes com alguma incapacidade de assumir o seu papel na justiça, na saúde e na educação. Por isso, surge as reivindicações dos contribuintes para que o Estado use bem os dinheiros públicos no sector viário com melhores estradas, na rede de saúde pública, na estabilidade dos empregos, nas empresas com problemas de estabilidade económica, no acesso dos jovens ao primeiro emprego, nos subsídios aos desempregados e pensionistas, na qualidade da educação etc. Os Estados membros da União Europeia devem ser capazes de intervir na estruturação dos espaços de fluxos de bens e serviços (redes), na formação de novas instituições que interiorizem a informação no tecido social e produtivo (FERNÁNDEZ DURÁN, ETXEZARRETA, SÁEZ, 2001).

Por conseguinte, a crítica de M. Castells faz-se desde a análise às tendências subjacentes no tempo, referindo-se a Watson, Friedmann, Waterman, Bender etc. Na sua trilogia (CASTELLS, 1996-98) aborda as redes na era da informação, considerando-as como formas organizacionais, provenientes da antiguidade (redes de parentesco, redes religiosas, redes de escolas e alunos etc.). É evidente que qualquer forma de “organização” requer uma estrutura e uma dis-

tribuição particular de poder e de difusão da informação (centralizada, descentralizada) num contexto evolutivo, isto é, passámos das empresas multinacionais às redes internacionais, em que a globalização da competitividade dilui a corporação. Hoje em dia, na sociedade da informação, o conteúdo político (comunidade discursiva) se esparge, centralizando-se em relações de poder entre os actores sociais (COETZEE, 2007).

Parece que existe uma erradicação da acção humana frente às estruturas e relações sociais de convivência entre os grupos ou actores, de modo que o progresso científico e tecnológico exclui, simultaneamente, do sistema, os excluídos e os que se excluem, ou seja, há um grande número de pessoas que são irrelevantes para o sistema, para a organização. Política e economicamente deduzimos um patamar com os que detém os direitos de propriedade (poder), um outro patamar referido à gestão (classe gestora e gestão do conhecimento, redes de gestão) e um último patamar referido à natureza dos mercados financeiros globais. As redes globais nas mudanças instrumentais e da informação (des)conectam selectivamente as pessoas, grupos, empresas, regiões, países etc., em função da sua relevância nessas redes. Os verdadeiros actores desaparecem e as coisas (processos, relações) viram-se actores.

É verdade que a tecnologia transforma os sistemas de forma natural. Assim, a globalização tem o papel de um actor poderoso, no âmbito económico, social e cultural, dissolvendo a autonomia das organizações, instituições e meios de comunicação social. De facto o efeito vassoura da globalização, de varrer tudo o que surge a sua frente, implica que tenhamos de evitar ou suprimir os seus conflitos (económicos, sociais, culturais) devido ao seu poder (identidade de projecto, que lhe atribui Friedmann). Para suprir esse poder devemos aprender a pensar e a actuar seguindo a nossa identidade(s) (SUÁREZ SUÁREZ, 2001).

Na nossa perspectiva, Castells (1996-98) não integra, no seu modelo, as falhas das redes informáticas por exis-

tência de vírus, nem as falhas das redes logísticas de bens alimentares por força do descontrolo do Estado regulador, já que não assegura um mínimo aceitável de segurança alimentar. O seu optimismo é dúbio por ficarmos dependentes duns poucos que detêm o poder da informação ou do fornecimento das tecnologias da informação.

3 O conservadorismo optimista de M. Porter

O pensamento de Porter (1980, 1985, 1998) gira à volta do termo “competitividade” e de competição num espaço, com localização geográfica, onde há um conjunto de empresas organizadas em aglomerado (“*cluster*”). É através dessa localização que, num processo de cooperação e de competição, se cria vantagens competitivas de cada um e de todos. Essa competição está alicerçada na acção do Estado e das organizações empresariais, que estruturam as actuações empresariais competitivas. São essas vantagens locais que permitem a conquista de mercados num mundo global (PORTER, 2001).

A perspectiva de Porter (1987; 1991) é a de propor estratégias vencedoras com base em opções excludentes de uma qualquer diversificação excessiva das empresas, já que só se dispersam as forças locais que aí existem em quantidade diminuta e limitada no seu âmbito. Algumas empresas conseguem competir com actuações próprias, evitando o impacto com os sectores poderosos do ramo, aproveitando nichos não aproveitados nas estratégias das grandes empresas. É nesses espaços que efectuam as suas inovações. As empresas globais têm sempre uma localização competitiva, associada a um *cluster* específico e bem definido geograficamente. Essa localização deve expressar forças (estratégias de globalização, actividade produtiva/social e de qualidade) para competir solidariamente num mundo global. O processo de definição estratégica da deslocalização de uma empresa deve ser prudente. Isso permite antever que as empresas locais têm sempre vantagens ou podem obstruir a entrada de empresas globais (PORTER;

TEISBERG, 2006).

Efectivamente haverá que definir bem o local e o âmbito global em que se quer competir, posicionando bem as actividades (comunidades territoriais, *clusters*), de maneira que as várias empresas locais se estruturam nas suas relações com os fornecedores e clientes. Assim, é na base da qualidade que se satisfaz a clientela exigente, se fortalece a relação com os fornecedores (consistência) e se desenvolve a capacidade competitiva (MARTINS, 2008).

O mundo virtual sem qualquer ligação com uma localização concreta não tem a adesão de Porter (1980; 1998), que aposta nos *clusters* de empresas e/ou instituições, unidas pela acção do Estado e/ou tecido empresarial para ganhar vantagens competitivas. É evidente que a informação impregna e molda, com continuidade, a cadeia de valor, alterando a logística de *input* e *output*, dando-lhe uma lógica racional que não faz mudar o poder do local como base competitiva fixa e sólida (PORTER; KRAMER, 2006). Trata-se de uma visão crítica do valor do mundo virtual na competição estruturada do comércio digital e no marketing de produção. O espaço da internet muda a forma de acesso às produções que consumimos e à forma de entendermos as propriedades e as posses de bens e direitos. O local cultural e ambiental é o cenário de onde se acede ao mundo virtual (GEORGE; WOLF, 2002).

Portanto, nessa perspectiva, torna-se importante a educação e a cultura como modo de entender, fruir e competir um mundo global, em que o acesso à informação as mudou em parte. A realidade geográfica continua a ser um constrangimento ou uma vantagem, porque tudo depende da forma com que se estabelece as relações com o “local”, de modo a converter-se numa vantagem competitiva (PORTER, 1985).

Efectivamente, aquele professor da Universidade de Harvard estrutura uma análise dum capitalismo que torna difuso e confuso o papel do capital e do dinheiro, já que temos o direito de acedera algo num determinado lugar que se transforma num algo volátil (PORTER, 1991). O mundo

individual constrói-se e passa a ser fruído a partir de direitos de acesso à medida que nos organizamos. Ora, isso altera a forma de produção, de comercialização e de venda, pois incide nas formas de estrutura das decisões de consumo e de produção (PORTER; KRAMER, 2006). Ou seja, o aceder a qualquer coisa passa a ser algo que substitui o ter com algumas vantagens, alicerçando novas vantagens e as variações dos consumos e das produções (PORTER; TEISBERG, 2006).

Na verdade, Porter (1987) valoriza as empresas que prestam serviços, que expressam pela venda dum acesso a qualquer bem num prazo temporal. Contudo, as vantagens de dominar os “locais” como lugares de cultura específica (regional) e de ecologia ambiental onde nos inserimos fazem moldar o carácter e a fisiologia de consumidor e de produtor. Essa é a utilidade do “local” ao proporcionar acessos que marcam o quotidiano da existência humana. Para Porter (1998), o local é um valor a preservar na promoção de vantagens competitivas, onde a boa organização ambiental e de gestão, quer pela própria empresa, quer por intervenção do Estado regulador, obriga a reestruturar o processo produtivo. É por isso que as mudanças devidas a essa regulamentação e/ou preocupação ambiental/ecológica fazem melhorar a eficácia operativa das empresas envolvidas.

Considera Porter (1980, 1985, 1998) que as desvantagens se podem transformar em vantagens, desde que se crie, com uma atitude positiva, novas estratégias de competitividade como modo de enfrentar os problemas ou dificuldades empresarias. Aquele professor de Harvard analisa a questão da eficácia operativa, que se constrói na base de uma série de técnicas de gestão, assentes numa boa gestão na qualidade, nos equipamentos, recursos e matérias-primas, mas isso pode não criar qualquer vantagem competitiva (PORTER, 1998). Todas essas técnicas são imitadas rapidamente se as empresas tiverem uma procura sistemática de competição através do marketing.

Assim, as vantagens competitivas locais e empresarias só podem vir das inovações e das respectivas opções

excludentes, pois são essas que alteram o rumo duma empresa, retirando-a duma competição em que faz sucessivas racionalizações, mas que não cria um valor diferente para que se proteja das empresas concorrentes (PORTER; KRAMER, 2006). As opções excludentes são decisões de produção em que não têm competidores.

Por conseguinte, Porter (1987) indica, como melhor caminho, a inovação e as opções estratégicas evidentes e excludentes de quaisquer outras formas de competição. O posicionamento estratégico no mercado global é essencial para as empresas e instituições. É que a competitividade resulta da localização estratégica que se apoia em ganhos de sinergias obtidas desde o *cluster*, baseadas nas inovações que produzam obstáculos à entrada de novos concorrentes no sector da empresa (PORTER, 1980; 1985; 1998).

As ideias de Porter leva-nos a valorizar os recursos locais, que podem ser as infraestruturas, os conhecimentos e mais-valia de cada empresário/empresa, o ambiente e as matérias-primas, a criação de *clusters* e/ou comunidades territoriais de produção e, ainda, as vantagens estratégicas decorrentes de determinadas posições estratégicas no sector. É nessa cadeia de valor, na logística, que aparece os elementos essenciais ao bom funcionamento de uma organização ou empresa e se converte no motor de eficácia operativa que aumenta o valor criado na cadeia produtiva e da qualidade organizacional (MARTINS, 2008).

4 Da cultura da queixa à cultura da transformação na sociedade da informação

A sociedade pós-industrial postulava a ideia do “capital humano” e impunha à escola o papel de educar nos valores hegemónicos e de transmitir conhecimentos. Contudo, as mudanças sociais, culturais e económicas caracterizadoras da sociedade da informação provocaram questionamentos nos agentes de socialização tradicionais. Nesse contexto, surgiu a ideia de que a escola está em crise, ou seja: os

fenómenos do insucesso e absentismo escolar; o fracasso das reformas educativas; o desfasamento da escola com o mercado de trabalho (MORIN, 2001). É verdade que a educação não se cinge apenas à aprendizagem formativa recebida na escola, ela abrange todos os contextos e situações de aprendizagem não formais (TEODORO, 2003).

A globalização obriga-nos a reorganizar a educação e a escola com novos parâmetros. Ou seja, uma aprendizagem que muda a sua relação com os contextos e ambientes envolventes e muda os próprios contextos numa interação e diálogo para resolver os desafios das mudanças, mas que, simultaneamente, promove a solidariedade frente a outras formas de integração social (pedagogia do diálogo e da esperança de Freire). As novas oportunidades e necessidades evidenciam que a aprendizagem não depende tanto do que se passa na aula e/ou na escola (educação formal), mas da inter-relação com a comunidade envolvente, adquirindo competências necessárias e em igualdade para desenvolver todas as culturas e identidades de modo a conseguir as mudanças desejadas. O contexto do aprender na globalização é a comunidade - comunidades de aprendizagem (POPKEWITS, 2000).

O giro mental e nas formas de ser e actuar do sujeito na sociedade actual abriu novas propostas apoiadas no enfoque dialógico entre civilizações, culturas e povos, ou seja, um novo paradigma nas relações internacionais na base do diálogo, criando espaços educativos e culturais com o objectivo de se fomentar um diálogo intercultural e uma cultura de paz e dos direitos humanos. A educação constitui esse espaço privilegiado, onde as comunidades de aprendizagem são a base da promoção educativa/formativa à escala local e global. A comunidade de aprendizagem é um processo de transformação social e cultural numa instituição escolar e comunidade onde se insere. A transformação da escola no contexto duma comunidade de aprendizagem baseia-se na aprendizagem colaborativa e dialógica a partir da participação activa da comunidade como agente educativo,

abrindo espaços, tomadas de decisão, formas de organização e intervenção educativa como nas aulas (PINTO, 2002).

A mudança organizacional das comunidades de aprendizagem é conseguida pela criação de uma estrutura complementar à da escola, composta por grupos de trabalho cujo objectivo é o de saber qual é o tipo de educação e de escola para as pessoas (TORRES SANTOMÉ, 1994). As informações recolhidas provêm de todos os agentes sociais da comunidade, estabelecendo-se as respectivas prioridades em termos de recursos, voluntariado, novas tecnologias, ateliers de práticas etc. Essa mudança pedagógica determina expectativas positivas para que todas as crianças, adultos ou idosos desenvolvam as suas capacidades sem que as suas condições sociais condicionem a igualdade dos resultados educativos.

Por conseguinte, para se conseguir uma educação de qualidade que supere a exclusão social, devem participar, na comunidade de aprendizagem, todos os agentes sociais: professores, famílias, voluntariado, instituições, grupos e associações. A mudança pedagógica é produzida pela aprendizagem dialógica e desse processo deriva-se a mudança social. O adjectivo “dialógico” aplicado à aprendizagem, com as implicações individuais da aprendizagem significativa, incide nas competências comunicativas das pessoas. Assim, a aprendizagem dialógica apoia-se nos seguintes princípios: diálogo igualitário; inteligência cultural (pluralidade de dimensões da interacção humana); a transformação das relações entre agente e o seu ambiente envolvente; a dimensão instrumental na aprendizagem; a solidariedade e a igualdade de diferenças. Lembremos que as comunidades de aprendizagem são o resultado do esforço dialogante e igualitário de todos os agentes e actores educativos.

Algumas ideias (In) conclusivas

Caminhamos para uma sociedade aberta, global ou mundial (BECK, 1997). Podemos considerar o conceito de globa-

lização em dois sentidos. Em “sentido activo” (processual, dinâmico) como processo ou actividade em que o significado de globalização, desde uma dimensão conceptual, é o estudo de questões, problemas, fenómenos, realidades etc., e desde uma dimensão espacial, é o conjunto de processos e acções que implica a mundialização de acontecimentos, processos ou fenómenos de diversa índole (pensamento pluralista). Em “sentido passivo” como efeito ou resultado de algum processo ou actividade em que o significado de globalização, desde uma dimensão conceptual, é o estudo ou a compreensão de questões, problemas, fenómenos, realidades etc. e, desde uma dimensão espacial, a ocupação, expansão e divulgação de factos, fenómenos, processos, culturas, civilizações etc.

Do que foi dito, a globalização significa o conjunto de processos e fenómenos que se realizam em todo mundo, transcendendo ou implicando as soberanias nacionais ou dos Estados - Nação. A exigência mais determinante da globalização é o de pensar globalmente, em termos de globalidade, mas actuar localmente - “eixo local - global” - num respeito total pela diversidade, de forma plena e equitativa de corresponsabilidade (STIGLITZ, 2002). Assim, da argumentação efectuada, anteriormente, podemos agrupar um conjunto de ideias que deixamos para reflexões posteriores:

- O processo de globalização produz um conjunto de dimensões fundamentais em que estão implicados os vários agentes ou mecanismos determinantes, por exemplo, o capitalismo global ou sistema (neo) capitalista mundial; a globalização política *versus* uma sociedade global; a globalização por convergência digital; uma sociedade de risco global devido ao efeito do crescimento ilimitado; a convergência cultural por universalização e difusão e as implicações na educação (problemas de identidade, disfunção cultural, choque de valores, reforma do pensamento, perda de referentes políticos, sociais, normativos, cognitivos, éticos e afectivos, o problema do distanciamento geracional e a reordenação das políticas educativas).

-Defesa e desenvolvimento das culturas regionais a partir de uma política de criação de pontos de acessibilidades culturais e educativas (“cidades educativas”, comunidades de aprendizagem) em redes de comunicação, inserindo-as nas múltiplas potencialidades da sociedade da informação. Trata-se de desenvolver uma cultura informática mínima, ampliando os serviços de acesso à internet, torná-los mais eficazes, combatendo as ineficiências sociais e empresariais (MARTINS, 2008; SUÁREZ SUÁREZ, 2001).

-Desenvolvimento social urbano das regiões, estruturando as ligações e/ou acessibilidades entre os diversos pólos sociais. A procura de actividades económicas e sociais, onde a questão da centralidade é importante, deve promover uma preocupação das cidades e centros populacionais, feitos para reter, acolher e enraizar novas populações que têm aí e na periferia os elementos de suporte. Só assim é possível revitalizar os centros populacionais, com a participação das associações de empresas e residentes para compatibilizar os interesses de todos, (re)estruturando um posicionamento estratégico das actividades produtivas e comerciais (política local). A aplicação das ideias de Porter (1998) aos lugares com perdas continuadas de população, onde o Estado tem dificuldades em manter a qualidade mínima dos consumos sociais, implica promover a manutenção das estruturas sociais básicas como é as famílias e o seu bem-estar. É isso que gera os crimes, as exclusões e marginalizações sociais.

-Estruturar a ligação entre os diversos actores educativos no âmbito regional, valorizando as qualidades da *Learning Organization*, produzindo-se, simultaneamente, dois valores: o do bem ou serviço como produto e o de maior conhecimento acerca desse produto. A ideia organizacional passa a ser de “organizações aprendentes e apreendentes”, construindo-se, no seguimento das ideias de M. Castells (1996-98), uma sociedade digital a partir da construção das redes de informação.

-Criar redes de conhecimento, democratizando e locali-

zando a ciência através de uma política científica regional. A cultura social dominante é científica nas suas formas de estar (COETZEE, 2007; STIGLITZ, 2002).

-Estabelecer estratégias para disciplinar a gestão dos recursos locais, regionais e nacionais. A estrutura cultural de uma região cria a auto-estima capaz de levar os seus habitantes a definirem suas identidades e necessidades. Trata-se da operacionalidade das ideias de desenvolvimento através da construção e melhoria de vias estruturantes que unifiquem as estratégias dos seus agentes sociais (BURBULES; TORRES, 2000).

Sabemos que a economia global gera exclusões de regiões, de empresas e grupos de pessoas. O poder dirigente não consegue resolver e gerir de forma aceitável os anseios e direitos ao desenvolvimento e progresso. Por isso, aparece as misérias, a pobreza, as exclusões e as fugas que se transformam em migrações de trabalhadores e/ou pessoas para outros países. O problema da desertificação dos centros urbanos e regiões levou Porter (1980, 1985) a propor um conjunto de medidas de requalificação apoiadas na criação de empregos, rendimentos e riqueza, de modo a trazerem um valor acrescentado a esses centros urbanos ou povoações e, ainda, a projecção como locais de criação de sinergias num todo regional. Ou seja, é necessário, no dizer de Martins (2008), uma política local coerente de valorização inteligente das povoações, cidades e regiões, promovendo serviços públicos e apoios financeiros a bem dum desenvolvimento sustentável (LEADBEATER, 2000).

No fundo, no dizer de M. Castells (1996-98), vivemos já num tipo de sociedade onde a produtividade da economia e a competitividade dos agentes económicos estão em função da aplicação da ciência, da tecnologia e do conhecimento. Esses processos de produção, gestão e investimento do capital humano, de tal forma, seja o poder político e o económico ou o cultural, dependem do acesso imediato às fontes de informação e à capacidade de influência nos processos informativos que configuram a consciência da soci-

idade e que determinam as tomadas de decisão (HELD; MCGREW, 2003; MORIN, 2000).

Com a era digital globalizante implementa-se um novo cenário socioeconómico, um novo sistema de relações sociais, um novo paradigma tecnológico de organização empresarial e de produção, uma reforma no emprego e sector laboral, do pensamento, dos valores e da educação (GIDDENS, 2000). Nessa nova sociedade da informação e da incerteza, o homem e o saber, o indivíduo e a informação, o empregado e a máquina informacional vão-se acostumando a pensar, a actuar e a sentir globalmente a partir das novas tecnologias.

Referências

- ALBROW, M. *The global age*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- BAUMEN, Z. *Liquid life*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BECK, U. *Qué es la globalización? Falácias de globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1997.
- BURBULES, N. C.; TORRES, C. E. (ed.). *Globalization and education critical perspectives*. New York: Routledge, 2000.
- CASTELLS, M. La sociedade en red. In: _____. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1996. v. 1.
- _____. El poder de la identidad. In: _____. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1997. v. 2.
- _____. Fin del milénio, In: _____. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1998. v.3.
- COETZEE, J. M. *Diário de un mal año* (opiniones contundentes). Barcelona: Random House Mandadori, 2007.
- FERNÁNDEZ DURÁN, R.; ETXEZARRETA, M.; SÁEZ, M. *Globalización capitalista*. Luchas y resistencias. Barcelona: Virus, 2001.
- GEORGE, S.; WOLF, M. *La globalización liberal*. Barcelona: Anagrama, 2002.

GIDDENS, A. *Un mundo desbocado*. Los efectos de la globalización en nuestras vidas. Madrid: Taurus, 2000.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987 . v.1 e 2.

HELD, D. *et al. Global transformations*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

HELD, D.; MCGREW, A. *Globalización/antiglobalización*. Sobre la reconstrucción del orden mundial. Barcelona: Paidós, 2003.

HOOGVELT, A. *Globalization and the post-colonial world*. London: MacMillan, 1997.

HUTTON, W.; GIDDENS, A. (ed.). *On the edge*. Living in Global Capitalism. London: Jonathan Cape, 2000.

LEADBEATER, C. *Living on thin air*. The new economy. Middlesex: Penguin, 2000.

MARTINS, E. C. Das identidades culturais ao desenvolvimento local (comunidades territoriais transfronteiriças). *Actas Bibliotecas e Literacia – Imaginários e Identidades em Sociedades de Fronteira: Castelo Branco e Castilla y León*. Covilhã: Departamento de Letras – Universidade da Beira Interior, 2008, p. 39-55.

McLUHAN, M. *Escritos esenciales*. Barcelona: Paidós, 1998.

MORIN, E. *O desafio do séc. XXI – religar os conhecimentos*. Lisboa: Edições do Instituto Piaget, 2001.

PINTO, M. L. da S. *Práticas educativas numa sociedade global*. Porto: ASA, 2002.

POPKEWITS, T. S. Reform as the social administration of the child: globalization of knowledge and power. In: BURBULES, N.C.; TORRES, C.E. (ed.) *Globalization and education critical perspectives*. New York: Routledge, 2000, p. 157-86.

PORTER, M. E. *Competitive strategy*. New York: Free Press, 1980.

_____. *Competitive advantage*. New York: Free Press, 1985.

_____. From competitive advantage to corporate strategy. *Harvard Business Review*, Massachusetts, pp. 43-59, May/June, 1987.

_____. Towards a dynamic theory of strategy. *Strategic Management Journal*, Malden, 12 (Winter Special Issue), pp. 95-117, 1991.

_____. *On competition*. Boston: Harvard Business School, 1998.

_____. Strategy and the internet. *Harvard Business Review*, Massachusetts, p. 62-78, Mar. 2001.

PORTER, M.E.; KRAMER, M.R. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*. pp. 78-92, Dec. 2006.

PORTER, M. E.; TEISBERG, E.O. Redefining health care: creating value-based competition on results. *Harvard Business School Press*, Boston, 2006.

SUÁREZ SUÁREZ, A. S. *Nueva economía y nueva sociedad*. Los grandes desafíos del siglo XXI. Madrid: Prentice and May, 2001.

STIGLITZ, J. E. *El malestar en la globalización*. Madrid: Santillana, 2002.

TEODORO, A. *Globalização e educação*. Brasil: Cortez, 2003.

TORRES SANTOMÉ, J. *Globalización e interdisciplinariedad: el curriculum integrado*. Madrid: Morata, 1994.

Chances, strangulations and impacts in the scene of the globalization

Abstract

The author presents its vision of agreement of the globalization, which constitutes a source of chances. In this boarding he considers the following objectives: the common idea of globalization, materialize the profits in the local activities (regulation and localization); the proposals of Castells on the new paper of the State (effectiveness), the ambient security, the crisis of social identity and personal e, still the optimist conservadorisme of Porter on the cooperation and competition; the reality of the exclusions resultant of the global society; e the culture of the transformation in the society of the information.

Keywords: Globalization; society of the information; competition; localization; exclusion.

Artigo recebido em: 6/11/9

Aprovado para publicação em: 30/6/10